

Definição do mandato já tem estratégia

Partidos fazem acordo e votam regimento hoje

Os mais de 500 constituintes do PMDB, PFL, PDS, PTB, PDC e PL devem garantir que a fórmula de entendimento encontrada para determinar a soberania da Constituinte pelos líderes desses partidos seja aprovada ainda hoje no regimento interno, que será colocado em votação a partir das 14 horas. As 11 horas, os líderes partidários reúnem-se para tentar reduzir o número de pedidos de destaque de emendas para votação, que chega a mais de 120.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse esperar ter aprovado o regimento amanhã. Ontem à noite, ele reuniu-se durante mais de duas horas com os líderes e deputados de todos os partidos para buscar um entendimento em torno do texto regimental, e fixar as normas para o funcionamento da Câmara e Senado durante a Constituinte. Ao final do encontro ficou decidido que Câmara e Senado irão se reunir apenas na segunda-feira quando não há sessão da Constituinte, podendo vir a se reunir em outros dias apenas extraordinariamente. As comissões técnicas da Câmara e Senado não irão funcionar, bem como as do Senado. As atribuições constitucionais das comissões do Senado devem ser executadas dentro do plenário por relatores que darão parecer imediato, às matérias em apreciação. Todos os partidos ficaram de acordo com esta proposição. Entretanto, PT, PDT, PC do B e PSB, que reúnem cerca de 50 constituintes, irão tentar derrotar os demais partidos na aprovação artigo 57, parágrafo sétimo do regimento interno.

O mecanismo determina que sejam sobrestados "medidas que possam ameaçar os trabalhos e atos soberanos da Assembléia Nacional Constituinte..." Este texto não agradou aos pequenos partidos de esquerda. O líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), taxou-o de "inócua ou insuficiente", afirmando que se reserva ao direito de aplicar as medidas regimentais que considerar necessárias para rejeitar a fórmula defendida pelos grandes partidos. O deputado José Genoíno (PT-SP) avisou ao deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), autor da emenda da qual foi retirada a palavra "sobrestar", que irá criticá-lo duramente, e o acusou de ter feito jogo duplo no processo. Já o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) considera o texto com "auto-limitativo" da soberania da Constituinte.

Ulysses Guimarães, depois de abrir a sessão irá colocar imediatamente o anteprojeto do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) em votação. O texto regimental com 83 artigos será aprovado através do voto simbólico dos constituintes. E a partir daí que pedetistas, petistas, pessebitas e comunistas começarão a pedir destaque para suas emendas, concentrando-se principalmente sobre a soberania.

Os pedidos de destaque que sobram na Mesa da Constituinte e depois da solicitação de retirada de alguns, pelos líderes partidários, que estiveram reunidos pela manhã serão colocados em votação. Sua apreciação será feita de três formas: aqueles que os grandes partidos têm interesse de aprovar em bloco, as que desejam rejeitar também em bloco, e as que serão analisadas separadamente por força de pressão dos pequenos partidos.

Serão justamente estas emendas que criarão maiores dificuldades, obstruindo a votação, já que terão de ser feitas uma por uma e através do voto nominal dos constituintes, o que dura, de cada vez, cerca de duas horas.

Artigo 57

O projeto de decisão destina-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e atos soberanos da Assembléia Nacional Constituinte, necessitando ter o apoio de um terço dos constituintes e serão submetidas a parecer prévio da Comissão de Sistematização, que o fará no prazo de cinco dias. Caberá ao plenário em dois turnos de votação e discussão e por maioria absoluta, a decisão final, sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário.

Josemar Gonçalves



Informalmente, as lideranças procuraram o acordo

Senado funcionará às segundas-feiras

Os líderes do PMDB, PFL e PDS com o apoio dos pequenos partidos no Senado decidiram ontem que aquela Casa somente vai funcionar às segundas-feiras, enquanto durar os trabalhos da Assembléia Constituinte. Assim, o Senado vota hoje, às 10 horas, em regime de urgência urgentíssima, projeto de resolução que altera o seu funcionamento durante as atividades da Constituinte. Ainda ontem o Senado realizou a sua primeira sessão de trabalho este ano.

Aprovado o projeto de resolução do Senado — a Câmara também optou por solução idêntica —, fica derrotada, na prática, a tese da Constituinte exclusiva, defendida pela esquerda do PMDB e dos pequenos partidos e rejeitada pelo Palácio do Planalto com o apoio dos moderados do PMDB e a quase totalidade do PFL e PDS.

Pelo projeto de resolução, as sessões ordinárias do Senado serão realizadas às segundas-feiras, das 14 às 18 horas, dia em que não haverá reunião da Constituinte, como prevê o substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) ao projeto de Regimento Interno que vai regular os trabalhos constitucionais. Além das sessões ordinárias, o Senado também poderá se reunir extraordinariamente, por convocação do seu presidente ou por um ter-

ço dos seus membros, em horário que não coincida com as atividades plenárias da Constituinte.

A decisão dos líderes Fernando Henrique Cardoso (PMDB), Carlos Chiarelli (PFL) e Jarbas Passarinho (PDS) de apresentarem um projeto estabelecendo o funcionamento do Senado às segundas-feiras foi tomada a fim de evitar um impasse na votação do Regimento Interno da Constituinte, marcado para hoje, às 14 horas. Ao mesmo tempo que as lideranças tentavam obter um acordo, o Senado reunia-se, extraordinariamente, à espera de uma solução. Atualmente existem 127 decretos-leis para serem apreciados pela Casa e mais 65 vetos presidenciais e matérias legislativas.

O acordo de ontem pode ser considerado um meio-termo entre as pretensões do PFL e PDS de realizarem sessões no Senado três vezes por semana, e o desejo de grande parte dos 46 senadores do PMDB de que aquela Casa funcionasse somente em caráter extraordinário em 1987.

Os líderes decidiram também que apenas serão instaladas as Comissões Permanentes de Fiscalização e Controle, do Distrito Federal e Comissão Diretora, abrindo brecha para que o Senado crie Comissão Especiais e Parlamentares de Inquérito (CPI).

Pequenos querem dificultar

As lideranças do PT, PDT, PC do B e PSB estão estudando uma estratégia para minimizar o "rolo compressor" da votação do regimento interno, devido ao acordo firmado entre o PMDB, PFL e outros partidos sobre a questão da soberania da Constituinte. Eles pretendem mostrar à opinião pública "quem é quem" pedindo a votação nominal do artigo.

Durante todo o dia de ontem os líderes destes partidos se mobilizaram para tentar fechar um acordo com as outras bancadas a respeito do artigo 57 — precisamente o parágrafo 7º — do substitutivo do relator, senador Fernando Henrique Cardoso. Segundo o vice-líder do PT, os partidos "já transigiram bastante em relação à soberania e, apesar das limitações, não podemos abrir mão do parágrafo 7º".

As lideranças são unânimes ao afirmar que o acordo firmado, no final da noite de ontem, entre o PMDB e o PFL — garantindo a aprovação da emenda Maurício Ferreira

Lima não representa qualquer avanço. O líder do PC do B, Haroldo Lima, explicou que este dispositivo não altera os poderes da Constituinte. "De acordo com essa emenda poderemos mudar a Constituição em vigor desde que os nossos trabalhos estejam ameaçados. Ora, se as Forças Armadas resolverem cercar o Congresso quem vai poder alterar isso posteriormente?", questionou.

Dificultar

Os pequenos partidos não têm a esperança de poder derrubar o "rolo compressor" — como gosta de chamar a votação o deputado José Genoíno, do PT. Frisaram que, se quisessem, teriam chances de obstruir a votação, uma vez que são apoiados pela ala progressista do PMDB.

O líder do PDT, Brandão Monteiro, esclareceu que as bancadas não têm intenção de obstruir a votação, principalmente, porque isso "refletiria mal perante a opinião pública".

Para fazer uma triagem dos destaques a serem encaminhados à sessão de hoje o PDT, PC do B, PT e PSB se reúnem às 10 horas na biblioteca da Câmara. Os principais serão os relacionados com o parágrafo 7º do artigo 57 — só o PT apresentará três. "Certamente não derrubaremos o acordo, mas a partir daí conheceremos a postura de cada Constituinte".



Os líderes se reuniram com Ulysses

Andrei Meireles

O governo colocou em prática uma nova estratégia para a definição do mandato do presidente José Sarney, cujo primeiro resultado foi a viabilização do acordo entre o PMDB e o PFL para a aprovação do Regimento Interno da Constituinte. E a seguinte: a duração do mandato deve ser examinada em breve, de preferência antes de maio, pelos partidos que apoiam o governo e eventuais aliados, buscando um acordo político que seria, ao final dos trabalhos constituintes, incorporado às disposições transitórias da nova Constituição. O presidente José Sarney, em conversas separadas, com os líderes do PMDB, deputado Luiz Henrique, e do Governo, deputado Carlos Santana, assinalou ontem que uma definição política desta questão o quanto antes será melhor para a estabilidade das relações internas e externas do governo.

A intenção do presidente, já manifestada a outros interlocutores, é de viajar em maio para a Alemanha com o seu mandato definido pelas forças que o apoiam, o que transformaria a decisão posterior da Constituinte em uma mera formalidade. Com o PFL, não há problemas. A situação do PMDB é mais



complicada: há os que preferem evitar a antecipação da definição para não correr o risco de se arrender depois e os que defendem uma negociação mais ampla sobre a duração do governo, envolvendo duas outras definições — a participação do partido no poder e nas políticas a serem implementadas. E ainda o setor liderado por Carlos Santana que endossa sem qualquer condicionalidade a estratégia do Planalto.

Depois de uma conversa que durou 1h15m com Sarney no Palácio da Alvorada, Luiz Henrique, satisfeito com o diálogo, expôs a preocupação do presidente com a indefinição de seu mandato por produzir instabilidade no Brasil e no exterior. Sem querer marcar prazos, Luiz Henrique revelou que Sarney deseja uma decisão "interna-corporis, através de um acordo político" para logo. Mais tarde, Carlos Santana, que foi recebido em

audiência no Planalto pelo presidente, explicou: "Logo não quer dizer agora. Deve ser o mais breve possível desde que seja o momento oportuno". Outros deputados, como Saulo Queiroz e Jaime Santana, do PFL, ouviram claramente de Sarney a referência a um prazo — até maio, quando viajará a Alemanha.

Mandato e Constituinte

No Planalto e no PFL, a preferência é por um mandato de seis anos. Novos PMDB, por quatro anos. Políticos dos dois partidos prevêem que, na mesa de negociação, a alternativa poderá ser cinco anos, o que não desagradaria a Sarney e poderia ser aceito pelo deputado Ulysses Guimarães. O deputado Juthay Magalhães, do PMDB, adverte que a questão não é meramente de datas: "A definição passa por uma atualização dos compromissos de governo e com a redistribuição dos espaços no poder. Para o PMDB, é fundamental a definição das políticas de governo: não queremos, por exemplo, ter o ministro da Fazenda se for para aplicar uma política de recessão".

A discussão do mandato de Sarney esteve no centro da crise da Aliança Democrática neste início de Constituinte.

Líder anuncia posição de Sarney

O presidente José Sarney abriu formalmente junto ao PMDB a discussão sobre a duração de seu mandato, durante o café da manhã que ofereceu ao líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique da Silveira, ontem, no Palácio da Alvorada. A exemplo do que já fizera semana passada com as lideranças do PFL, Sarney disse a Luiz Henrique que é preciso uma decisão rápida da Constituinte sobre o assunto, pois está convencido de que a atual indefinição sobre o mandato "cria instabilidade e determina que o governo tenha menos força nas negociações da dívida externa".

O deputado concordou com o presidente e se comprometeu a deflagrar a

discussão dentro do PMDB tão logo seja aprovado o regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte e que prevê para no máximo hoje à noite. Luiz Henrique espera que os políticos tenham a definição reclamada pelo presidente nos próximos 60 dias, muito embora a fixação do mandato presidencial, em termos formais, somente vá ser estabelecida nas disposições transitórias da futura Constituição, a ser promulgada provavelmente no fim do ano.

Foi o próprio presidente quem provocou a conversa sobre a duração do mandato presidencial, que considera importante para o relacionamento internacional.

— Não é um projeto José Sarney. É uma razão de

estado, para que o governo tenha estabilidade interna e externa, assegurou o presidente.

Sarney disse ainda a Luis Henrique está aberto às negociações que ocorram no Congresso, e fez questão de ressaltar que a Constituinte é soberana, seja para discutir o tamanho de seu mandato ou em relação a qualquer outro assunto. Mas acentuou que deseja participar das negociações, e que não considera uma interferência, pois assim como se prevê a participação da sociedade civil, o governo também deve ser ouvido.

Luis Henrique, por sua vez, assegurou a Sarney que o PMDB como um todo defende um mínimo de quatro anos para seu mandato.

Luiz Henrique vê nova fase na relação com Planalto

O deputado Luiz Henrique da Silveira deixou o Palácio da Alvorada na manhã de ontem convencido de que foi inaugurada uma nova fase nas relações do governo, abaladas desde a indicação do deputado Carlos Santana como líder da Maioria no Congresso e agravadas durante a votação do projeto de Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

O presidente José Sarney disse que não é sua intenção dividir o partido e que está consciente da importância da unidade do PMDB para a estabilidade do processo de transição democrática — informou Luiz Henrique.

O encontro de Sarney com o líder do PMDB na Câmara foi acertado na noite de sábado. Luiz Henrique estava na casa do ministro Marco Maciel quando o presidente ligou. Depois de uma rápida conversa com

subscritas por 5 mil eleitores. É que Lourenço alegava, como uma das razões que propunha o encaminhamento dessas sugestões subscritas por 30 mil eleitores.

Luis Henrique não chegou a mostrar a papelada ao presidente, "eu não gosto de fazer intrigas e o presidente tem conhecimento desses fatos", mas disse tudo o que pensava sobre a atuação do PFL e do líder da Maioria, Carlos Santana.

— Isso não pode se repetir. Não é possível que o PMDB tenha uma posição em plenário e o governo outra — reclamou —, referindo-se à atitude de Santana durante a votação do Regimento Interno, na semana que antecedeu o carnaval, quando o líder do governo comandou a retirada de alguns deputados peemedebistas do plenário, contrariando a orientação dada pela liderança do partido, ou seja, por ele mesmo.

Comissão poderá decidir duração

O presidente da constituinte, Ulysses Guimarães, informou anteontem que o mandato do presidente Sarney será definido na comissão de organização dos poderes e sistemas de governo, que terá competência para decidir sobre todos os assuntos relacionados com o poder executivo, inclusive o da duração do mandato do presidente da República.

Ulysses Guimarães disse que desconhece a intenção do presidente Sarney de ter o seu mandato definido o mais rápido possível, para fortalecer a sua posição na renegociação da dívida externa. "Eu conversei longamente ontem pelo telefone com o presidente Sarney e ele não me disse nada" — afirmou. Ulysses explicou ainda que a fixação do mandato presidencial será subcomissão do poder executivo e depois na comissão de sistematização. "Caberá ao plenário a decisão final sobre o assunto inclusive definir se o assunto será tratado no capítulo das disposições transitórias" — salientou.

Ele acrescentou que, "no momento oportuno", serão feitas sondagens junto à bancada do PMDB, para se conhecer a opinião dos peemedebistas sobre a duração do mandato do presidente Sarney.

Saulo quer manter cargos

Depois de receber várias críticas por sua ideia de apresentar "projeto de decisão" estabelecendo em seis anos o mandato do presidente Sarney, o secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), defende agora um pronunciamento da Constituinte "convalidando o atual mandato" do presidente da República e todos os demais mandatos, em todos os níveis.

Saulo explica que isto não pode ser feito através de um "projeto de decisão", mas sim por intermédio das chamadas "disposições transitórias", que no entanto só seriam votadas no final da Assembléia Nacional Constituinte.

A explicação do parlamentar é de que, com os novos acordos em torno do parágrafo 7º do item 58 do regimento, os projetos de decisão "perdem a amplitude", razão pela qual só acha possível que a Constituinte "ratifique os pontos da Constituição atualmente em vigor".

Para Saulo Queiroz, a convalidação é importante mesmo levando-se em conta que a atual Cartajá assegura os 6 anos para Sarney. "A partir do momento em que a Constituinte convalida o mandato, ela está tomando uma decisão", argumenta, observando que não vê chan-

ces, no entanto, de tal proposta partir de apenas um parlamentar, sendo necessário um acordo amplo a respeito.

Pela culettra

A proposta de apresentar projeto de decisão garantindo 6 anos de mandato para Sarney causou, na verdade, um efeito contrário ao esperado pelo parlamentar. A proposta desagradou até mesmo o líder do PFL, José Lourenço (BA), e provocou a convocação de Saulo Queiroz ao Palácio do Planalto, para uma conversa com o chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel.

O principal problema causado por Saulo teria sido o de provocar uma contradição: enquanto seu partido e o Palácio do Planalto se movimentavam no sentido de evitar que a Constituinte tenha poderes de interferir na atual Constituição, Saulo anunciava sua disposição de utilizar uma figura regimental, segundo interpretações palacianas, justamente para alterar a atual Carta.

Além do mais, segundo fontes do PFL, houve uma "interpretação política" inconveniente com a proposta de Saulo, que, reivindicando 6 anos para Sarney, teria deixado implícito que o mandato do presidente da República está sendo contestado.